



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 14 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL DO BALANÇO PATRIMONIAL, DE 13 DE ABRIL DE 2026 - AME PARIQUERA AÇU

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG/AMEPA

Gestor do Ambulatório Médico de Especialidades de Pariquera-Açu

CNPJ nº 03.969.808/0014-94

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	562.619,66	2.442.375,44
Outros Créditos	5	54.130,00	91.133,29
Estoque	6	268.363,47	252.091,86
Despesas pagas antecipadamente	7	90.285,97	102.555,69
Subvenções assistenciais a receber	8	278.589,63	-
Total do ativo circulante		1.253.988,73	2.888.156,28
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	9	707.688,16	-
Total do ativo não circulante		707.688,16	-
Total do ativo		1.961.676,89	2.888.156,28
Ativo compensado	10	6.446.722,44	6.185.464,12
Total do ativo e do ativo compensado		8.408.399,33	9.073.620,40
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	734.153,87	1.009.711,21
Salários e encargos sociais	12	988.463,05	1.454.054,36
Obrigações tributárias	13	75.864,47	112.080,17
Outras Contas a Pagar	14	7.900,00	56.622,69
Subvenções assistenciais a realizar	8	-	59.079,56
Total do passivo circulante		1.806.381,39	2.691.547,99
Não Circulante			
Contingências Longo Prazo	15	155.295,50	196.608,29
Total do passivo não circulante		155.295,50	196.608,29
Patrimônio Líquido			
Superavit / (Déficit) acumulado		-	-
Total do Patrimônio Líquido		-	-
Total do passivo e Patrimônio Líquido		1.961.676,89	2.888.156,28
Passivo compensado	10	6.446.722,44	6.185.464,12
Total do passivo, patrimônio Líquido e passivo compensado		8.408.399,33	9.073.620,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado do Período
Em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	2025	2024
Receitas Atividades de Saúde - com restrição	16	18.506.052,56	21.507.634,18
Programa atividades de saúde	16.1	18.124.882,57	21.505.403,43
Outras Receitas	16.2	381.169,99	2.230,75
Custos com Programa Atividades de Saúde - com restrição	17	(16.441.044,72)	(19.790.147,71)
Programa atividades de saúde		(16.441.044,72)	(19.790.147,71)
Superávit (déficit) bruto Atividades de Saúde – com restrição		2.065.007,84	1.717.486,47
Despesas operacionais Atividades de Saúde - com restrição	18	(2.156.997,71)	(2.236.642,68)
Com pessoal	18.1	(361.374,37)	-
Serviços prestados por terceiros	18.2	(1.080.785,23)	(1.506.218,88)
Gerais e administrativas	18.3	(709.683,09)	(728.350,16)
Tributárias	18.4	(5.155,02)	(2.073,64)
Bens Adquiridos CG Atividades de Saúde - com restrição	19	-	-
Bens adquiridos CG		(261.258,32)	(399.751,80)
Programa Atividades de Saúde - Investimentos		261.258,32	399.751,80
Superávit/Déficit antes do Resultado Financeiro Atividades de Saúde – com restrição		(91.989,87)	(519.156,21)
Resultado Financeiro Atividades de Saúde - com restrição	20	91.989,87	519.156,21
Receitas financeiras		100.619,64	526.897,25
Despesas financeiras		(8.629,77)	(7.741,04)
Superávit (Déficit) do Período Atividades de Saúde – com restrição		-	-

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024
Superávit (Déficit) líquido do período	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
Total do resultado abrangente	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do período – com restrição	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Outros Créditos	37.003,29	(46.926,68)
Estoque	(16.271,61)	(15.146,85)
Despesas Pagas Antecipadamente	12.269,72	(16.315,55)
Subvenções assistenciais a receber	(278.589,63)	-
Depósitos Judiciais	(707.688,16)	-
Fornecedores	(275.557,34)	883.173,68
Salários e encargos sociais	(465.591,31)	178.372,06
Obrigações tributárias	(36.215,70)	62.684,45
Subvenções assistenciais a realizar	(59.079,56)	(4.651.650,05)
Outros passivos	(90.035,48)	74.456,12
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(1.879.755,78)	(3.531.352,82)
Aumento/(Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(1.879.755,78)	(3.531.352,82)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.442.375,44</u>	<u>5.973.728,26</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>562.619,66</u>	<u>2.442.375,44</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

1.Contexto operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde.

Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das unidades

de saúde do estado, o AME PARIQUERA-AÇU, localizado na cidade de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo.

Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade AME PARIQUERA-AÇU, atendendo as regras definidas no contrato de gestão 024.00013569/2025-14, assinado em 01 de maio de 2025, com vigência de 60 meses podendo ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para as partes quando finalizado o procedimento para a contratação definitiva.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em atendimento da essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5 Alteração de Critério de Apresentação

A partir do exercício de 2025, o Instituto promoveu mudança no critério de apresentação das Despesas Operacionais (Nota 18). Os gastos corporativos comuns a todas as unidades englobando despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros e consumo de concessionárias (água, luz,

internet), entre outros, que no exercício comparativo de 2024 eram apresentados de forma unificada na rubrica "Despesas Corporativas" (subitem 18.2), passaram a ser segregados e classificados de acordo com a sua natureza específica. Essa reclassificação sensibilizou diversos grupos de despesas no exercício de 2025 e tem como objetivo exclusivo aprimorar a transparência e a clareza das informações contábeis, não gerando impactos adicionais no resultado apurado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa central (fundo fixo) bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão 024.00013569/2025-14 e termos aditivos, com vigência de 60 meses a partir de 1 de maio de 2025. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos e contribuições.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão 024.00013569/2025-14 e termos aditivos, administra o AME PARIQUERA-AÇU e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e

que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo – SES-SP. Caso existam bens adquiridos no decurso do exercício, estes passam a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

b) Depreciação

A depreciação, caso exista, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo.

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 024.00013569/2025-14, e termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do **Instituto em 31 de dezembro de 2025.**

3.4 Estoques

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio Líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ao Instituto. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo ao Instituto a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	837,21	1.365,72
Aplicações financeiras (*)	561.782,45	2.441.009,72
	<u>562.619,66</u>	<u>2.442.375,44</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a contas de caderneta de poupança no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

DESCRIÇÃO	<u>Taxa a.a. (%)</u>	<u>Tipo</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco do Brasil RF CP 22929-6	13,5135	RF CP	561.782,45	2.441.009,72
			<u>561.782,45</u>	<u>2.441.009,72</u>

5. Outros Créditos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Créditos de Empregados (i)	48.293,00	51.188,29
Adiantamento Fornecedores (ii)	5.837,00	39.945,00
	<u>54.130,00</u>	<u>91.133,29</u>

(i) Refere-se à antecipação de férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

(ii) Refere-se a antecipações a fornecedores em virtude da exigência do pagamento antecipado.

6. Estoque

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque apresenta o saldo de R\$ 268.363,47 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Estoque	269.538,05	250.226,08
Estoque (de terceiro) e/ou em Poder de Terceiros (i)	(1.174,58)	1.865,78
	<u>268.363,47</u>	<u>252.091,86</u>

(i) Em 2024, o saldo refere-se a estoques de propriedade do Instituto que se encontravam em poder de terceiros na data-base das demonstrações financeiras. Em 2025, o saldo refere-se a estoques de terceiros sob a guarda do Instituto. Em ambos os casos, não houve transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos estoques, motivo pelo qual tais itens permanecem registrados no ativo do Instituto. Adicionalmente, no exercício de 2025, o saldo relacionado a estoques de terceiros foi apresentado como conta redutora do estoque.

7. Despesas Pagas Antecipadamente

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prêmios de Seguros	3.954,80	4.460,03
Vale-Transporte	4.940,75	6.067,40
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	80.390,42	91.028,26
Vale Combustível	1.000,00	1.000,00
	<u>90.285,97</u>	<u>102.555,69</u>

8. Subvenções assistenciais a receber

O montante de subvenção a receber proveniente do contrato 024.00013569/2025-14, e termos aditivos, ISG-AME PARIQUERA-AÇU está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/ Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pós.) ou Déficit (Neg.)
2024	17.249.215,18	524.825,24	399.751,80	182.277,62	(4.290,00)	22.212.506,29	59.079,56	18.287.301,18	2.314.323,00	2.972.457,18	2.125.281,00	2.184.360,56
2025	17.893.316,49	100.009,48	261.258,32	578.388,44	(155.155,21)	18.803.280,49	(278.589,63)	17.893.316,48	2.314.322,99	94.408.730,52	78.640.695,03	78.362.105,40

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão 024.00013569/2025-14, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no AME-PARIQUERA, em Pariquera-Açu - SP.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 278,6 mil, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão e seus respectivos termos aditivos.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2025 é de R\$ 78,640 milhões até a conclusão do contrato (prevista para abril de 2030).

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 78,362 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

9. Depósitos Judiciais

	2025	2024
Depósito/Bloqueio Judicial	707.688,16	-
	707.688,16	-

Referem-se aos depósitos judiciais provenientes de ações trabalhistas.

10. Ativo e Passivo compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP. Quando aplicável, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP durante a vigência do contrato de gestão firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025.

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens cedidos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	29.631,34	8.305,50	23.099,80	386.875,39	5.737.552,09	6.185.464,12
Adição	-	7.891,00	32.609,00	220.758,32	-	261.258,32
Reclassificação (i)				5.724,60	5.724,60	-
Em 31 de dezembro de 2025	29.631,34	16.196,50	55.708,80	613.358,31	5.731.827,49	6.446.722,44

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram feitas reclassificações entre os grupos do ativo e passivo compensado com o objetivo de adequar a classificação contábil aos registros do sistema de controle patrimonial adotado pela unidade. Tais movimentações não impactaram o resultado do exercício, por se referirem a contas gerenciais (contas de compensação), tratando-se exclusivamente de ajustes de natureza classificatória.

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	23.090,84	5.254,72
Fornecedores de serviços (ii)	711.063,03	1.004.456,49
	734.153,87	1.009.711,21

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos inerentes à

operacionalização das atividades hospitalares e ao atendimento aos pacientes.

(ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão e termos aditivos.

12. Salários e encargos sociais

	2025	2024
Salários a pagar	296.254,27	390.578,06
Pensão a Pagar	781,81	797,92
Empréstimo Consignado a Pagar	12.822,69	-
INSS (i)	27.552,74	190.184,84
FGTS	44.891,26	57.907,12
IRRF s/ salários	65.848,73	90.198,44
PIS a recolher (i)	-	5.063,06
Provisões férias e encargos	538.470,17	718.618,74
Outros (ii)	1.841,38	706,18
	988.463,05	1.454.054,36

(i) Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ao Instituto. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo ao Instituto a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

(ii) Refere-se a contribuições sindicais e assistenciais a recolher.

13. Obrigações Tributárias

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	7.746,92	12.731,17
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	54.661,49	76.935,06
ISS retido de terceiros	12.914,55	21.965,03
INSS retido de terceiros	541,51	448,91
	75.864,47	112.080,17

14. Outras Contas a Pagar

	2025	2024
Provisão de Serviços Prestados	7.900,00	56.622,69
	7.900,00	56.622,69

Refere-se a provisões de serviços contratados e executados, conforme regime de competência, a serem faturados nos meses subsequentes.

15. Contingências

O Instituto possui ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Em consonância com a classificação realizada pelo corpo jurídico,

existe, em 31 dezembro de 2025, estimativa de causas, classificadas como perda prováveis no valor de R\$ 155.295,50, referente ao valor de contingências trabalhistas, sendo reconhecidas de acordo com o relatório dos advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Contudo, em 2025, não houve ações classificadas como possíveis perdas.

Ações Prováveis	Tipo	2025		2024	
		Trabalhistas	3	155.295,50	3
	Cível	0	-	0	-
	Tributária	0	-	0	-
TOTAL		3	155.295,50	3	196.608,29

Ações Possíveis	Tipo	2025		2024	
		Trabalhistas	0	-	1
	Cível	0	-	0	-
	Tributária	0	-	0	-
TOTAL		0	-	1	188.315,05

16.Receitas Programa Atividade de Saúde - Com Restrição

16.1 Programa Atividade de Saúde

	2025	2024
Programa Atividades de Saúde	18.124.882,57	21.505.403,43
	18.124.882,57	21.505.403,43

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão 024.00013569/2025-14, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2025, R\$ 18,124 milhões registrado como receita de subvenção para custeio, na área de saúde.

16.2 Outras Receitas

	2025	2024
Contribuições e Doações (i)	381.169,99	-
Outras Receitas (ii)	-	2.230,75
	381.169,99	2.230,75

(i) Refere-se a doações/bonificações recebidas para o projeto em 2025.

(ii) Outras Receitas são compostas por ressarcimento de valores referente a devolução de compras ao fornecedor e doações de insumos.

	2025	2024
Total da Receita Atividade de Saúde – Com Restrição	<u>18.506.052,56</u>	<u>21.507.634,18</u>

17. Custos Programa Atividade de Saúde - Com Restrição

	2025	2024
Custo de pessoal próprio (i)	6.855.152,16	9.336.633,48
Materiais médicos e hospitalares	522.788,08	736.271,22
Medicamentos	397.466,10	163.748,11
Materiais de uso e consumo	599.433,93	713.634,98
Ajuste de Inventário e Perdas	(55.523,11)	(8.008,56)
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	8.163.040,35	8.829.235,05
Contingências Trabalhistas (iii)	(41.312,79)	18.633,43
	<u>16.441.044,72</u>	<u>19.790.147,71</u>

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários.

(ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

(iii) Durante o exercício 2025 foram realizadas reversões referentes as provisões contingenciais do exercício anterior, tendo como base o relatório fornecido pelo corpo jurídico do instituto. Neste sentido, o valor das estimativas para as ações judiciais classificadas como prováveis perdas, tiveram redução em comparativo ao exercício anterior, ocasionando o saldo negativo nesta rubrica.

18. Despesas Operacionais Atividade de Saúde – com restrição

Conforme detalhado na Nota 2.5 (Alteração de Critério de Apresentação), as despesas operacionais do exercício de 2025 foram reclassificadas para refletir a natureza específica dos gastos. As "Despesas Corporativas", que no exercício de 2024 foram apresentadas de forma unificada na Nota 18.2, passaram a ser segregadas em 2025 e realocadas nas seguintes rubricas: 18.1. Com Pessoal: Remunerações, Encargos e Benefícios; 18.2. Serviços Prestados por Terceiros: Serviços Advocatícios, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de RH e Outros Serviços (iii) e 18.3. Gerais e Administrativas: Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral, Utilidades e Serviços (i), Viagens e Estadias e Outras Despesas (ii).

18.1 Com Pessoal

	2025	2024
Remunerações	281.440,91	-
Encargos	37.295,31	-
Benefícios	42.638,15	-
	<u>361.374,37</u>	<u>-</u>

No exercício de 2025 o Instituto passou a segregar as despesas com pessoal que antes eram classificadas no grupo de despesa corporativa. Essas despesas corporativas são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais.

18.2 Serviços Prestados por Terceiros

	2025	2024
Serviços Advocatícios	92.654,61	86.832,40
Serviços de Consultoria (i)	78.628,95	2.657,59
Serviços de Contabilidade	121.388,18	120.850,00
Serviços Especializados em TI	411.595,26	323.968,33
Serviços RH	96.719,56	92.408,08
Despesas Corporativas (ii)	-	557.577,00
Outros Serviços (iii)	279.798,67	321.925,48
	1.080.785,23	1.506.218,88

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico.

(ii) As despesas corporativas são compostas por gastos administrativos, inclusive com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais. Contudo, para o exercício de 2025, o instituto passou a segregar as despesas corporativas por tipo de despesa, conforme detalhado na nota 2.5.

(iii) Os outros serviços são compostos por Serviços de Coleta de Lixo e Resíduos, Serviços de Engenharia Clínica, Serviços de Auditoria, Serviços de Assessoria de Processos, Serviços Gráficos, Cursos e Treinamentos e Serviços de Frete.

18.3 Gerais e Administrativas

	2025	2024
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	882,52	2.971,00
Utilidades e Serviços (i)	677.375,71	693.310,99
Viagens e Estadias	13.924,48	18.905,13
Outras Despesas (ii)	17.500,38	13.163,04
	709.683,09	728.350,16

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial.

(ii) São gastos com treinamentos, deslocamentos, combustíveis, manutenção de veículos, locações, despesas com imóveis, anuidades, materiais e serviços administrativos e alimentação.

18.4 Tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	1.083,21	-
Outros Impostos e Taxas (i)	<u>4.071,81</u>	<u>2.073,64</u>
	<u><u>5.155,02</u></u>	<u><u>2.073,64</u></u>

(i) Refere-se a IOF sobre aplicações financeiras e taxas pagas a Secretaria da Fazenda e IPTU.

19. Bens Adquiridos CG atividades de saúde com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens adquiridos CG (i)	(261.258,32)	(399.751,80)
Programa Atividades de Saúde - Investimentos	<u>261.258,32</u>	<u>399.751,80</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) Custo dos bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão - CG e seus respectivos termos aditivos.

20. Resultado Financeiro Atividade de Saúde – com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras	100.619,64	526.897,25
Despesas Financeiras	<u>(8.629,77)</u>	<u>(7.741,04)</u>
	<u><u>91.989,87</u></u>	<u><u>519.156,21</u></u>

21 Eventos subsequentes

Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Pariquera-Açu - SP, 25 de março de 2026.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72

Raphael Lindenbach de Moraes
CRC 1SP 261037

Ernesto Stangueti
Diretor Financeiro
 CPF: 846.816.088-15

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2025				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
08/01/2025	26.712,70	06/01/2025	2025OB00004	26.712,70
08/01/2025	1.419.086,00	08/01/2025	2025OB02429	1.419.086,00
07/02/2025	1.419.086,00	05/02/2025	2025OB11574	1.419.086,00
07/03/2025	1.419.086,00	05/03/2025	2025OB19190	1.419.086,00
07/04/2025	1.419.086,00	03/04/2025	2025OB29788	1.419.086,00
08/05/2025	1.471.450,27	06/05/2025	2025OB43362	1.471.450,27
06/06/2025	1.471.450,27	05/06/2025	2025OB56879	1.471.450,27
06/06/2025	30.320,27	05/06/2025	2025OB17174	30.320,27
07/07/2025	1.471.450,27	03/07/2025	2025OB69048	1.471.450,27
07/07/2025	30.320,27	03/07/2025	2025OB21993	30.320,27
25/07/2025	159.000,00	25/07/2025	2025OB77885	159.000,00
07/08/2025	30.320,27	05/08/2025	2025OB26615	30.320,27
07/08/2025	1.471.450,27	05/08/2025	2025OB81913	1.471.450,27
05/09/2025	1.471.450,27	04/09/2025	2025OB94316	1.471.450,27
05/09/2025	30.320,27	04/09/2025	2025OB30161	30.320,27
07/10/2025	77.736,00	03/10/2025	2025OBA7188	77.736,00
07/10/2025	1.471.450,27	03/10/2025	2025OBA7295	1.471.450,27
07/10/2025	30.320,27	03/10/2025	2025OB33535	30.320,27
07/11/2025	30.320,28	05/11/2025	2025OB35941	30.320,28
07/11/2025	1.471.450,28	05/11/2025	2025OBC4651	1.471.450,27
05/12/2025	1.471.450,27	04/12/2025	2025OBD7361	1.471.450,27
Total	17.893.316,50	TOTAL DOS VALORES REPASSADOS		17.893.316,49
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				2.442.375,44
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				100.009,66
OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE				232.573,30
TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				20.668.274,89
DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO				
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO				20.668.274,89
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO				20.105.655,23
VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE				562.619,66

ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

Relatório - Contratado X Realizado - Gestão em Saúde

AME PARIQUERA-ACU - Período: De 01 até 12/2025

271 - Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	12.074	11.897	-1%	5.982	5.685	-5%
Interconsultas	1.840	2.029	10%	1.200	1.317	10%
Consultas Subseqüentes	12.406	15.992	29%	6.978	11.221	61%
Total	26.320	29.918	14%	14.160	18.223	29%

272 - Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	2.600	3.854	48%	3.240	3.200	-1%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	280	665	138%	360	695	93%
Total	2.880	4.519	57%	3.600	3.895	8%

571 - Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	720	1.564	117%	720	735	2%
Total	720	1.564	117%	720	735	2%

572 - Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais cma	2.600	3.386	30%	2.700	2.763	2%
Total	2.600	3.386	30%	2.700	2.763	2%

680 - SADT Externo	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Ecocardiografia	270	304	13%	330	329	0%
Ultrassonografia com Doppler	64	72	13%	0	0	0
Ultra-Sonografia	334	376	13%	330	329	0%
Endoscopia Digestiva Alta	258	292	13%	270	268	-1%
Colonoscopia	30	72	140%	90	88	-2%
Endoscopia	288	364	26%	360	356	-1%
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	794	902	14%	678	705	4%
Diagnóstico em Neurologia	124	143	15%	180	194	8%
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	80	110	38%	120	124	3%
Diagnóstico em Pneumologia	124	139	12%	180	186	3%
Diagnóstico em Urologia	14	17	21%	42	45	7%
Outros exames em Mét. Diagn. Especialidades	30	35	17%	90	100	11%
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.166	1.346	15%	1.290	1.354	5%
Total	1.788	2.086	17%	1.980	2.039	3%

767 - OCI - Oferta de Cuidados Integrados	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
0901010014 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial De Câncer De Mama	68	35	-49%	204	130	-36%
0901010090 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Mama I	2	1	-50%	6	0	-100%
0901010103 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Mama Ii	20	15	-25%	60	56	-7%
0901010049 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Câncer De Próstata	8	6	-25%	24	31	29%
0901010073 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Gastrico	260	0	-100%	780	650	-17%
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	160	0	-100%	480	390	-19%
Sub Total - OCI Oncologia	518	57	-89%	1.554	1.257	-19%
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	226	109	-52%	678	442	-35%
0902010034 OCI Avaliação Diagnóstica Inicial - Síndrome Coronariana Crônica	64	32	-50%	192	138	-28%
0902010069 OCI Avaliação Diagnóstica - Insuficiência Cardíaca	34	15	-56%	102	77	-25%
Sub Total - OCI Cardiologia	324	156	-52%	972	657	-32%
0903010011 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia	30	0	-100%	90	8	-91%
0903010020 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	40	0	-100%	120	13	-89%
0903010038 OCI Avaliação Diagnóstica Em Ortopedia Com Recursos De Radiologia E Tomografia Computadorizada	30	0	-100%	90	2	-98%
Sub Total - OCI Ortopedia	100	0	-100%	300	23	-92%
0904010015 OCI Avaliação Inicial Diagnóstica De Deficit Auditivo	170	76	-55%	510	344	-33%
0904010023 OCI Progressão Da Avaliação Diagnóstica De Déficit Auditivo	2	0	-100%	6	0	-100%
Sub Total - OCI Otorrinolaringologia	172	76	-56%	516	344	-33%
0905010019 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - 0 A 8 Anos	80	32	-60%	240	200	-17%
0905010027 OCI Avaliação Estrabismo	10	2	-80%	30	13	-57%
0905010035 OCI Avaliação Inicial Em Oftalmologia - A Partir De 9 Anos	1.926	1.618	-16%	5.778	4.834	-16%
0905010043 OCI Avaliação Retinopatia Diabética	80	85	6%	240	220	-8%
0905010051 OCI Avaliação Inicial Para Oncologia Oftalmologica	2	0	-100%	6	1	-83%
0905010060 OCI Avaliação Inicial Para Neuro Oftalmologica	2	1	-50%	6	1	-83%
Sub Total - OCI Oftalmologia	2.100	1.738	-17%	6.300	5.269	-16%
Total	3.214	2.027	-37%	9.642	7.550	-22%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

GESTOR DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE PARIQUERA-AÇU – AME-PARIQUERA-AÇU

Pariquera-Açu – SP.

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do AME PARIQUERA-AÇU - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do AME PARIQUERA-AÇU, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com os requisitos éticos pertinentes para nossa auditoria das demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

I) Subvenções e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a receber, proveniente de repasses da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, estão correlacionados na Notas "8. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A RECEBER" e "16. RECEITAS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 278,589 mil, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão número 024.00013569/2025-14, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades de Pariquera-Açu – AME-PARIQUERA, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 18,506 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os

procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com os custos e as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “contratos de gestão e convênios” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “8 Subvenções assistenciais a receber”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

II) Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO”, letra “a”, “RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO”, informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Contrato de Gestão número 024.00013569/2025-14 e seus respectivos termos aditivos, ambos firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Pariquera-Açu – AME-PARIQUERA, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do AME Pariquera-Açu optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução NBCTGEC de 2019, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro e Resolução CFC NBCTG26 de 2017, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a representação fidedigna (essência sobre a forma) deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a representação fidedigna (essência sobre a forma), contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC NBCTG07 de 2017, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

4. Ênfase

4.1. Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão número 024.00013569/2025-14 e seus respectivos termos aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, previsto para conclusão em abril de 2030. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

5. Outros assuntos

5.1. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 17 de março de 2025.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias

extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Pariquera-Açu – SP, 30 de março de 2026.

Work7 Auditores Independentes LTDA
CRC 1GO 001891

Jose Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0